

IRENE VAQUINHAS
Universidade de Coimbra

AS QUERMESSES COMO UMA FORMA ESPECÍFICA
DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX.
O CASO DA "QUERMESSE DA TAPADA DA AJUDA" EM 1884

INTRODUÇÃO¹

Em Maio de 1884 realizou-se nos jardins da Tapada da Ajuda, em Lisboa, uma das mais grandiosas e concorridas quermesses realizadas no nosso país. Da iniciativa da rainha D. Maria Pia, destinava-se a angariar fundos para a recém-constituída *Associação das Creches*.

Descrita pela imprensa do tempo como "a festa de caridade mais brilhante de todas quanto realizadas em Portugal"², esta quermesse foi visitada por cerca de setenta mil pessoas, tendo rendido a quantia significativa de trinta contos de réis.

Artistas consagrados e escritores famosos deram o seu contributo compondo obras originais cuja venda reverteu em favor das creches. Entre muitos dos que aderiram a esta acção de beneficência, contam-se Rafael Bordalo Pinheiro que reproduziu, em desenho, uma visão panorâmica da quermesse; Fialho de Almeida que lhe dedicou extensos artigos; o pintor Alfred Keil e o cenógrafo Manini que decoraram alguns dos pavilhões de vendas ao público, bem como o editor David Corazzi que publicou um pequenino opúsculo intitulado *Lisboa-Creche*³.

Incentivada pela rainha, apadrinhada pela imprensa, apoiada por toda a *Lisboa elegante*, a moda das quermesses estava lançada no

¹ Este texto foi entregue para publicação em 1995. Desde esse ano à actualidade foram publicadas várias obras sobre temáticas afins. O próprio vocabulário sociológico se alterou significativamente. Embora a actualização deste estudo exigisse algumas reformulações, sobretudo no que se refere à problemática da institucionalização do Estado Providência em Portugal, considero que, em termos gerais, as interpretações adiantadas permanecem válidas.

² *Ilustração Universal*, 26 de Abril de 1884.

³ *Lisboa - Creche. Jornal miniatura oferecido em beneficio das creches*, Lisboa, David Corazzi, 1884.

nosso país. Outras se seguiram nos anos imediatos, embora sem o esplendor da primeira. Em Fevereiro de 1885 realizava-se, no Jardim Zoológico, uma quermesse em benefício das vítimas de um terramoto ocorrido na Andaluzia⁴; em Abril desse mesmo ano, nos dias 1 e 19, novas quermesses se realizaram no Jardim da Estrela em favor de algumas associações de caridade e de asilos de raparigas abandonadas⁵.

A cidade do Porto também não escapou a esta novidade, organizando quermesses nos jardins do Palácio de Cristal. Em Coimbra, pela mesma época, sucedem-se com alguma frequência bazares beneficentes no Jardim Botânico⁶. A própria Figueira da Foz, anos antes elevada a cidade, não deixaria de aproveitar a época balnear e a afluência de visitantes para promover *kermesses* de caridade nas matas da Santa Casa da Misericórdia⁷.

Poder-se-iam enumerar muitas outras iniciativas semelhantes. Convém reter, porém, a amplitude de um fenómeno que não tendo qualquer tradição, em Portugal, se enraizou no nosso país, multiplicando-se de norte a sul. Na verdade, as quermesses são de origem flamenga, tendo principiado por ser "festas da igreja" como a própria etimologia da palavra o demonstra: *kerk* (igreja), *messe* (missa), usufruindo na Bélgica do século XIX do estatuto de verdadeira instituição nacional.

Compreender a filosofia de base inerente a este tipo de certames, e, simultaneamente, tentar avaliar o seu papel no contexto da história da assistência em Portugal é o objectivo deste breve estudo.

DA BENEFICÊNCIA AOS ESBOÇOS DE SEGURANÇA SOCIAL NO CONTEXTO EUROPEU

Nos finais do século XIX ocorreu em vários países europeus, de uma forma quase simultânea, a tomada de consciência das "questões sociais", expressão que, ao tempo, designava um conjunto de pro-

⁴ *Occidente*, 21 de Fevereiro de 1885.

⁵ *Occidente*, 11 de Março e 1 de Abril de 1885; *A Ilustração*, 5 de Abril de 1885.

⁶ *O Tribuno Popular*, 14 e 31 de Maio de 1884.

⁷ *Correspondência da Figueira*, 23 de Setembro de 1888. As quermesses realizadas não deixaram indiferentes alguns autores que aproveitariam a oportunidade para tecer loas às damas figueirenses, enaltecendo o seu espírito caritativo, "A Caridade", *Correspondência da Figueira*, 23 de Setembro de 1888.

blemas com que se debatia o mundo operário. O aumento da pobreza, os avanços da industrialização e as insuficiências das iniciativas filantrópicas particulares preocupavam alguns espíritos mais sensíveis, exigindo-se do Estado soluções económicas e jurídicas. Esta tomada de consciência emergiu da contradição, perceptível a vários níveis, entre o crescimento económico e a desigualdade social, num século em que se lutava pela universalização do conceito de cidadania.

Vários foram os autores, oriundos de todos os quadrantes políticos e ideológicos, que denunciaram a miséria e o descontentamento social inerentes à nova civilização. "A era industrial começou: o pauperismo, a epidemia da pobreza, nasceu", escrevia o economista Émile Laurent, por volta de 1870⁸.

Com efeito, embora a industrialização não tenha alcançado, em todos os países, a gravidade social da Inglaterra, onde, de acordo com uma célebre frase, se definia uma manufatura como "um invento que serve para fabricar dois artigos: tecidos de algodão e pobres"⁹, o aumento do operariado e a degradação das suas condições de vida foi uma realidade partilhada pela maior parte das nações europeias em processo de expansão industrial e capitalista.

No último quartel do século XIX agudiza-se o mal-estar social. Crises económicas e políticas multiplicam o número dos desempregados, deteriorando-se as condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras, sobretudo nos principais centros industriais.

Porém, antes que fossem adoptadas medidas jurídicas e económicas concretas (sistema de seguros, legislação sobre horário e acidentes de trabalho, etc.), o que só viria a acontecer a partir das últimas décadas de Oitocentos¹⁰, o único auxílio de que os operários dispunham em caso de desemprego, doença, invalidez ou morte era proveniente de colectas organizadas por colegas de profissão ou por uma qualquer associação de classe ou filantrópica. Sendo o único recurso com que podiam contar, tinha resultados incertos. A insegurança material era, aliás, um dos flagelos mais dramáticos da vida

⁸ Elena Maza Zorrilla, *Pobreza y asistencia social en España. Siglos XVI al XX*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1987, p. 133.

⁹ Elena Maza Zorrilla, *ob. cit.*, p. 133.

¹⁰ Os inícios do Estado-Providência no Estado Social alemão datam de 1880 com a introdução de uma política social para os trabalhadores, Lothar Machtan, "A construção do Estado Social Alemão e a política social de Bismarck", *Ler História*, 37 (1999), p. 7-21.

de numerosas famílias operárias para quem o desemprego se traduzia na fome.

A instituição eclesiástica ou, pelo menos, alguns dos seus sectores mais ilustrados, contribuiu também para alertar as consciências para os desequilíbrios sociais, ajudando a definir as prioridades em matéria de legislação social, procurando auscultar as necessidades das "classes desvalidas" e promover auxílio o mais prontamente possível. Atitude que permitirá à Igreja Católica assumir um significativo relevo nos campos da beneficência e da assistência nos últimos anos do século XIX.

Sob o impacto da nova realidade social, a própria concepção da pobreza se altera. Esta deixa de ser considerada causa ou consequência da decadência moral do indivíduo para passar a ser vista como um fenómeno inerente à nova civilização industrial. Deixa, assim, de ser um castigo, ao qual o indivíduo tinha de se resignar, para se converter na resultante de determinadas conjunturas económicas e sociais. Um fenómeno que, pelo menos teoricamente, poderia ser evitado, desde que houvesse ajuda social colectiva, planificada e exercida pelo Estado.

Os discursos políticos e religiosos convergem, pois, na necessidade de serem criadas novas formas de assistência como meio de esconjurar o espectro da pobreza ou, pelo menos, de o atenuar. A legislação social e as medidas de assistência constituem o fulcro da acção governamental relativamente à pobreza. Já não se trata de promover a caridade, mas sim a justiça social, convertendo-se em direito jurídico o que era um dever moral, podendo-se exigir, a título de direito individual, o que só se poderia pedir como expressão de amor ao próximo.

A "QUESTÃO SOCIAL" EM PORTUGAL

Em Portugal, ressalvadas as respectivas distâncias que nos separavam dos países europeus tecnologicamente mais avançados, fez-se também sentir a degradação das condições de vida das classes trabalhadoras, sobretudo nos dois principais centros urbanos, as cidades de Lisboa e do Porto, onde se concentrava a maior parte da organização fabril.

Desde o início da década de 1870 que a indústria portuguesa prosseguia a um ritmo mais acelerado, favorecida pela abertura de mercados coloniais e pelo termo da conjuntura favorável às actividades comerciais de base agro-pecuária. Mercê de matéria prima barata

(o algodão) e da garantia de mercados, a produção de tecidos cresce em flecha e aumenta o número de fábricas de têxteis, algumas delas atingindo o milhar de operários. Outros sectores também se desenvolvem, como o dos tabacos ou o das conservas de peixe, ou se criam de novo, como é o caso dos cimentos, tintas e vernizes, entre outros. A difusão da organização fabril e da produção mecanizada assente na utilização crescente das máquinas a vapor caracterizam este surto industrial.

Ora, o desenvolvimento da indústria foi acompanhado pelo aumento numérico do operariado, pela desagregação do artesanato tradicional e pela diminuição dos respectivos níveis de vida.

Se até à industrialização certas profissões artesanais desempenhavam papel de relevo no processo produtivo (caso dos chapeleiros, dos tecelões, dos corticeiros, entre outras), a partir do momento em que se instala a automatização, substituindo o trabalho humano, diminui de importância o saber tradicional do artífice. Este saber desqualifica-se e o trabalho que antes era executado por um *artista* passa a poder ser feito por qualquer um, sem a conveniente habilitação técnica. Em simultâneo, a concorrência de produtos estrangeiros, mais baratos do que os nacionais, agrava a situação do sector das artes e ofícios, que perde mercados, sendo os seus trabalhadores coagidos ao desemprego.

Nas novas fábricas – as *oficinas satânicas* como se escrevia em alguma imprensa operária – as condições laborais alteravam-se. O dia-a-dia era enquadrado por uma disciplina severa, por abusos e maus tratos, por novos ritmos de trabalho, com horários de 10/12 horas diárias, que, no final do século XIX, chegarão a atingir 16 horas.

À dureza do trabalho aliava-se a dureza do quotidiano. Em mansardas, em bairros miseráveis – nas "ilhas" da cidade do Porto, onde vivia cerca de metade da população urbana, ou nas "vilas" de Lisboa, onde se localizava a indústria algodoeira – famílias inteiras tentavam sobreviver com salários de miséria. O estado sanitário dessas zonas era péssimo, com reflexos inevitáveis nas taxas de mortalidade infantil que atingiam, naquelas duas cidades, os níveis mais elevados de todo o país. Estas condições aliadas a uma alimentação deficiente criavam terreno propício às doenças, sobretudo à tuberculose, enfermidade social por excelência. Não causa, pois, estranheza que o higienista Ricardo Jorge qualificasse o Porto finissecular como a "cidade cemiterial portuguesa", onde a esperança de vida rondava os 30 anos.

Uma conclusão que, no entanto, não se circunscrevia àquela urbe. O estudo aprofundado dos consumos alimentares das classes trabalhadoras portuguesas na transição do século XIX para o século XX, permitiu à historiadora Miriam Halpern Pereira concluir, de forma sintética e precisa, que "comia-se pouco, bebia-se muito, morria-se jovem"¹¹. Depois de uma fase de relativo aumento salarial, acompanhando a vaga grevista dos anos 1870, na última década de Oitocentos começam a fazer-se sentir os efeitos da inflação, inutilizando os aumentos salariais. A capacidade aquisitiva diminui, enquanto os preços, sobretudo dos principais géneros alimentares, aumentam. É o caso, entre outros, do pão de milho, a "broa". Refira-se a título exemplificativo que, em 1909, o salário diário de um menor da indústria têxtil que alcançava os 40 réis não chegava para comprar um Kg de broa.

Toda esta situação, já de si grave, era ainda mais dramática para as mulheres, que constituíam cerca de 35% da mão-de-obra empregada na indústria transformadora¹², bem como para as crianças. Sem qualquer especialização profissional, obrigadas a trabalhos desadequados para a sua idade ou capacidade física, sujeitas a horários de 13 e 14 horas diárias, vítimas de sevícias ou abusos sexuais¹³, a vida das operárias não era fácil.

Maria Filomena Mónica na sua obra *Artesãos e operários* descreve um pouco do seu quotidiano¹⁴. Diz-nos esta autora: "Levantavam-se de madrugada, antes do nascer do sol: às 7 horas tinham de estar na fábrica. À pressa, arrumavam a casa, tratavam dos irmãos mais novos, do marido e dos filhos. Quando eram mães, carregavam-nos, debaixo dos xailes, para as oficinas. Andavam quilómetros a pé, descalças, à chuva e ao frio. Tinham de se despachar, se não queriam que o capataz lhes descontasse os minutos de atraso no salário. Durante 12 horas, dedicavam-se a uma tarefa monótona e fatigante. Se se enganavam, o erro era-lhes descontado. Se se distraíam, podiam perder os dedos ou a mão. Por causa do barulho da oficina, quase não conseguiam conversar. Em todas as estações, havia o fla-

¹¹ "Níveis de consumo e níveis de vida em Portugal (1874-1922)", *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 165.

¹² Paulo Guinote, *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, FCSH da UNL (Dissertação de Mestrado), p. 226.

¹³ As queixas contra encarregados, patrões ou companheiros de trabalho nas fábricas eram muito frequentes na imprensa operária.

¹⁴ Maria Filomena Mónica, *Artesãos e operários*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

gelo da poeira do algodão, que se entranhava no nariz, na boca, no cabelo. No inverno, o ambiente era gélido; no Verão, um forno. Tinham de suportar a insolência dos mestres e dos colegas masculinos. Ninguém as respeitava. Ao meio-dia, comiam, na rua ou no pátio, o almoço que tinham trazido de casa. A ementa era sempre a mesma: um bocado de pão de milho, banha e peixe seco. Amamentavam o filho a correr ou às escondidas. Chegavam à noite exaustas". "Aos 30 anos", conclui Maria Filomena Mónica, "estavam velhas. A fábrica dera cabo delas"¹⁵.

As condições de trabalho dos menores não diferiam significativamente, obrigados a cumprir horários idênticos aos dos adultos. Não é por isso de admirar que os inquéritos feitos à população infantil dos bairros populares de Lisboa e do Porto demonstrassem "os sinais da degenerescência física", como então se escrevia. Corpos raquíticos e franzinos, tóraxes encolhidos, ventres deformados, enfim, uma "parada da miséria", como concluía o jornal *O Século*, de 9 de Janeiro de 1908.

Estes quadros miserabilistas não são mera teoria ou literatura. No próprio preâmbulo do Decreto-Lei que criaria, alguns anos mais tarde, em 1915, já no contexto da I República, os "Semi-Internatos de Infância", se reconhecia que "o sofrimento atinge proporções indescritíveis para os que trabalhando durante o dia, não têm onde possam repousar o seu corpo extenuado durante a noite, e ainda para as crianças que, sendo abandonadas pela família, vagabundeiam durante a noite, rotos e famintos, procurando nas tabernas uma migalha de pão para iludir a fome"¹⁶.

As classes trabalhadoras eram pobres quase por definição, vivendo no limiar da sobrevivência. Entre o trabalho assalariado e a miséria, entre esta e a criminalidade, era ténue a fronteira. A pobreza tornou-se uma ameaça para o tecido social no século do liberalismo e do socialismo, assumindo a dimensão de uma candente "questão", ocupando um lugar central no pensamento e nas preocupações dos políticos, estadistas e de alguns sectores da Igreja Católica, em particular os permeáveis à nova corrente do catolicismo social. Sob o impacto de documentos papais, entre os quais se salienta a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, publicada em 1891, problemas como

¹⁵ Maria Filomena Mónica, *ob. cit.*, p. 194.

¹⁶ Cit. in Maria de Fátima C. G. E. Caldeira, *De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a I República*, Lisboa, FCSH da UNL (Dissertação de Mestrado), 1.º vol., 1993, p. 23.

a habitação social, os cuidados de saúde, a educação, a miséria e a pobreza convertem-se em temas das pastorais e de uma acção social muito concreta. Como afirmava D. Manuel de Bastos Pina, bispo de Coimbra entre 1870-1880, "um bispo que apenas olhe às questões espirituais do povo que pastoreia, esquecendo o restante, não é um verdadeiro bispo"¹⁷.

Nestas circunstâncias, mesmo os liberais mais empedernidos acabaram por vergar. Pouco a pouco, impulsionada até pela emergência de uma medicina social de tipo preventivo, vai ganhando corpo a ideia de que o Estado tinha a obrigação de intervir numa esfera considerada privada, não obstante as resistências suscitadas por parte de liberais hostis ao estatismo. O próprio crescimento do espírito associativo operário, cada vez mais reivindicativo e aberto ao novo ideário socialista, suscitava receios, impondo algumas concessões no campo da legislação social, partindo-se do pressuposto que uma política social eficaz poderia funcionar como antídoto ao socialismo revolucionário. Nesta sequência são promulgadas as primeiras legislações laborais que pretendiam "acudir às camadas menos protegidas das classes laboriosas"¹⁸. É o caso dos Regulamentos de 10 de Fevereiro de 1890 e de 16 de Março de 1893, que contemplavam o trabalho de menores e de mulheres (grávidas e puérperas) nos estabelecimentos industriais¹⁹.

Ora, é precisamente neste contexto de agravamento das condições de vida das classes populares, nas cidades de Lisboa e do Porto, que se deve inserir toda uma série de iniciativas assistenciais destinadas a socorrer os mais desprotegidos.

Entre estas, encontra-se a criação, em 1875, da "Real Associação das Creches", sob os auspícios da Rainha D. Maria Pia, que tinha como finalidade promover a abertura de creches que apoiassem as mães operárias que, mercê do seu trabalho, deixavam os seus

¹⁷ António José Calixto de Almeida, "A acção e o pensamento social de D. Manuel Correia de Bastos Pina", *Dabar - Revista de Teologia*, Factos da História da Igreja em Portugal, Associação de Estudantes de Teologia de Coimbra, ano II, n.º 1, Janeiro-Junho 1993, p. 35.

¹⁸ Preâmbulo à legislação de 10 de Fevereiro de 1890, *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 25-26.

¹⁹ A legislação de 10 de Fevereiro de 1890 previa a abertura de uma creche em fábricas com número superior a 50 operárias. Em Lisboa, durante a 1.ª República, apenas funcionaram duas creches criadas por estabelecimentos industriais: a da Casa Grandela e a da Fábrica da Cordoaria, Maria de Fátima C. G. E. Caldeira, *ob. cit.*, p. 85.

filhos sozinhos em casa por largos períodos de tempo. Reconhecia-se que uma das causas da mortalidade infantil residia no abandono a que eram votadas as crianças enquanto as suas mães trabalhavam.

DA CRIAÇÃO DAS CRECHES À QUERMESSE DA TAPADA DA AJUDA

Destinadas exclusivamente às "classes pobres trabalhadoras", as creches, também chamadas presépios, nasceram em França, no ano de 1844, tendo a sua iniciativa partido de um magistrado - Jean Baptiste Marbeau - condoído com a miséria e o abandono a que eram votadas as crianças dos meios operários.

Obra caritativa de inspiração católica, rapidamente a ideia deste tipo de instituição ultrapassou as fronteiras daquele país expandindo-se pelo resto da Europa. Em 1852 criava-se, na cidade do Porto²⁰, sob a protecção da Congregação de S. Vicente de Paula²¹, a primeira creche portuguesa, destinada a acolher crianças até aos três anos de idade, logo seguida por uma outra fundada em Viana do Castelo.

Na cidade de Lisboa, a sua implantação foi mais tardia, datando dos anos 1870 mas, em pouco tempo, foram inauguradas algumas creches em bairros populares. A rainha D. Maria Pia, o "Anjo da Caridade", como era cognominada, desempenhou um papel essencial no impulso dado a estas novas instituições, apoiando-as financeiramente, chegando mesmo a fundar, em 1878, num terreno da Tapada da Ajuda, uma creche a que deu o nome de seu pai: "Victor Emanuel"²².

As creches, segundo afirmações dos seus promotores, tinham como finalidade "moralizar a família". Para se poder admitir uma criança era necessário que esta fosse baptizada e vacinada e que a sua mãe fosse não apenas pobre, mas notoriamente honesta e trabalhadora²³, ou que, de acordo com a terminologia do tempo, tivesse

²⁰ Sobre a fundação de creches na cidade do Porto, veja-se o texto de José Joaquim Rodrigues de Freitas, "Associação da creche de São Vicente de Paula", *Novas Páginas Avulsas, (Recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves)*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p. 50-53.

²¹ Mário Costa, *Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda*, Lisboa, 1959, p. 39.

²² Mário Costa, *ob. cit.*, p. 42.

²³ Joaquim Ferreira Moutinho, *Creche*, Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1884, p. 130.

bom comportamento e fosse "bem procedida". Eram, assim, rejeitadas as mães solteiras ou aquelas que viviam em concubinato, o que, dada a elevada percentagem de uniões livres entre o operariado, se traduzia no seu afastamento. Quer dizer, ao cuidar das crianças, as creches pretendiam educar a mulher, segundo uma visão burguesa e católica da vida familiar. Encontrou, por isso, resistência e indiferença nos próprios meios populares a quem estas instituições se dirigiam.

As conotações benéficas e moralizadoras deste tipo de instituição estão presentes na origem social dos seus promotores que eram geralmente figuras de relevo do mundo da finança, da indústria, da hierarquia eclesiástica ou da aristocracia. Para além de elementos da Casa Real, contavam-se entre os principais impulsionadores das creches José Gregório da Rosa Araújo, o célebre pasteleiro que chegou a presidente da Câmara de Lisboa, bem como o banqueiro Henri de Burnay, entre outros elementos dos grupos sociais dominantes.

As creches, na verdade, subsistiam à custa de auxílios pecuniários de particulares. Nos cofres do Estado não abundavam os meios financeiros e a única hipótese de poderem sobreviver consistia em ajudas individuais ou no recurso a festas, saraus, bazares e récitas com fins benéficos.

Ora, as realizações desta natureza multiplicam-se a partir do último quartel do século XIX pelos mais diversos motivos: angariar fundos para as vítimas de inundações ou de incêndios, para financiar obras pias ou caixas económicas²⁴, entre tantos motivos. Eram, no entanto, sempre patrocinadas pelas elites a quem também se destinavam. Aliás, o seu êxito e receptividade junto do público residiam precisamente no facto de irem ao encontro dos novos hábitos de sociabilidade desenvolvidos pela burguesia oitocentista.

Com efeito, as "festas de caridade" não obedeciam apenas a imperativos filantrópicos, constituindo também momentos de lazer, de convívio e de encontros mundanos. Como se escrevia na revista *A Ilustração Universal*, de 22 de Março de 1884, a propósito de um sarau organizado no Teatro S. Carlos, em Lisboa, em prol dos "Albergues Nocturnos": "Tudo o que Lisboa possui de verdadeiramente distinto e elegante se achava ali representado [...] emolduravam a sala festões de camélias brancas e vermelhas, povoavam os camarotes mulheres formosíssimas, resplandecentes de pedrarias".

²⁴ *A Ilustração Universal*, 22 de Março de 1884.

A conciliação de interesses entre os objectivos humanitários e as finalidades recreativas está presente na organização das quermesses, sobretudo dessa grande quermesse realizada em Lisboa, nos dias 10, 11 e 12 de Maio de 1884, na Tapada da Ajuda, em benefício da "Associação das Creches".

A QUERMESSE DA TAPADA DA AJUDA: UM ACONTECIMENTO MUNDANO

Planeada pela rainha D. Maria Pia de quem partiu a ideia, esta quermesse foi um dos grandes acontecimentos mundanos da cidade de Lisboa, no ano de 1884. Durante três dias, o jardim da Tapada da Ajuda foi palco de um "grande formigueiro humano", como se escrevia na imprensa, "ansioso por fazer o bem, por se associar à obra meritória da Rainha"²⁵.

Com efeito, os objectivos beneficentes cativaram meia Lisboa. Comerciantes e industriais entregaram bens e objectos para serem sorteados; hortaliçeiros do mercado ofertaram cabazes de frutas; operários trabalharam graciosamente e, de todo o país, choveram contributos, dádivas e brindes.

Fialho de Almeida ironizaria acerca desta "fúria de presentes e bizarras" que colocava, lado a lado, taças de Sèvres e jarrões chineses com presuntos, cortes de calças e canários empalhados"²⁶. De igual modo, Rafael Bordalo Pinheiro, na revista *O António Maria*, satirizaria o evento, em particular o "descartar-se de coisas inúteis, fazendo figura de filantropo" ou o acaso das "sortes" que brindavam um rapaz com "um espartilho bispontado a azul" ou um "afrancesado" com uma "regueifa de Valongo"²⁷.

Não obstante o tom chocarreiro dos comentários, convém salientar o êxito popular da iniciativa. O objectivo era, aliás, a cooperação de todos os grupos sociais em torno de uma causa comum, numa tentativa de "reconciliação" entre o regime monárquico e a nação, num momento de profunda crise do sistema político. Desde 1879, ano da fundação do *Centro Republicano de Lisboa*, que crescia a onda de protesto anti-monárquico, movida sobretudo por republicanos, a pretexto dos mais diversos aconteci-

²⁵ *A Ilustração Universal*, 24 de Maio de 1884.

²⁶ *A Ilustração*, 20 de Junho de 1884.

²⁷ *O António Maria*, 8 de Maio de 1884.

mentos (Tratado de Lourenço Marques, de 1879; Comemorações Camonianas de 1880, entre outros), no contexto de uma estratégia de propaganda revolucionária. Impunha-se, pois, agir, desenvolvendo acções que, não sendo politicamente comprometedoras, conseguissem congregar boas-vontades.

Este objectivo esteve, todavia, longe de ser alcançado. Desde logo, pelo preço do bilhete de entrada que pouco tinha de "democrático" ou, pelo menos, de popular. Custava 500 réis²⁸, o equivalente à jorna de dois dias de trabalho de um operário especializado²⁹. Como podia, pois, questionava um articulista de *A Ilustração Universal*, ser a quermesse, a "festa de todos e para todos", se se arbitra como preço de entrada tal quantia, só acessível "às classes abastadas"³⁰? Na verdade, era difícil.

O carácter elitista desta festa de caridade está também patente na origem social das individualidades que compunham a sua comissão de honra, bem como na forma de organização da quermesse e nos divertimentos disponíveis.

Com efeito, integravam a dita comissão tão-só elementos da aristocracia e da alta burguesia lisboeta. A marquesa de Penafiel, a condessa de Almedina, a condessa de Rio Maior, Henri de Burnay, entre tantos outros nobres, de velha ou nova cepa, eram alguns dos elementos que a compunham.

A origem de classe reflecte-se igualmente na ambiência festiva da quermesse e na decoração arquitectónica e artística das barracas. Correspondendo ao gosto burguês pela amálgama de épocas e de civilizações³¹, as barracas, num total de 16, obedeciam às mais variadas formas e feitios.

Todas, ou quase todas, estavam profusamente ornamentadas numa superabundância de tecidos, colchas, veludos, tapetes. Em algumas figuravam-se fantasias: um pavilhão chinês, um palácio antigo, uma choupana. A outras deu-se um estilo rústico, cobrindo-

²⁸ *A Ilustração Universal*, 26 de Abril de 1884.

²⁹ Mais precisamente de um retalhador da indústria corticeira de Lamas (Espinho), cit. in Maria Filomena Mónica, *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 90.

³⁰ *A Ilustração Universal*, 26 de Abril de 1884.

³¹ Roger-Henri Guerrand, "Espaços privados", *História da vida privada*, vol. 4, *Da Revolução à Grande Guerra*, sob a direcção de Philippe Ariès e Georges Duby, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 335.

-as com colmo e decorando-as com peles de coelho, pedaços de cortiça, folhas, flores e colchas alentejanas. A outras, ainda, deu-se a forma de um *chalet* suíço ornamentado com prumos de pinheiro e atapetado com colchas³².

A maior parte das barracas tinha designações apropriadas aos intuitos da festa: *Tivoli*, *Charitas*, *Tenda da boa sorte*, *Sport*, etc. No seu interior, damas da alta sociedade lisboeta fantasiadas com trajes adequados ao espaço - à chinesa, à alsaciana, à camponesa suíça, à lavradeira - vendiam os mais variados objectos ou "sortes". Sintomaticamente, numa das barracas mais modestas, a rainha D. Maria Pia vendia *bouquets* de flores, secas e naturais. Momento alto da quermesse foi, precisamente, o leilão de uma rosa amarela oferecida pela Rainha.

Tanto os divertimentos como os manjares correspondiam aos gostos das classes abastadas: tiro ao alvo, jogos de armas, corridas de cavalos, várias espécies de bilhar (japonês, chinês, napolitano), havendo ainda dois mastros de cocanha com prémios muito disputados mas nunca alcançados. Atletas do Real Ginásio Club demonstraram as suas habilidades, executando vários exercícios de ginástica. Um consagrado amador desportivo, Abreu de Oliveira, conhecido pelo "Barata Loira", fez uma aparatosa subida num balão perante a curiosidade de uma assistência numerosa.

No campo dos petiscos, as preferências iam para a pastelaria francesa e para os refrescos. Nada, como escrevia Rafael Bordalo Pinheiro, dessas "belas petisqueiras nacionais", "a espetada, a posta de peixe frito, a caldeirada de tripas, a sarrabulhada [...] todas essas coisas fortes, arromba-estômagos, mas que constituem a sólida base da nossa cozinha"³³.

A cor, a luz, a música que a filarmónica de Caneças executava no coreto, assim como os bailes infantis criavam uma ambiência de festa. Um espectáculo deslumbrante para a vista e que tocava os sentidos. Foi o rodopio de mulheres bonitas que causou o maior espanto a Fialho de Almeida. "D'onde vêm elas? Residem acaso na cidade?" perguntava incrédulo o escritor, perante tanta mulher "flexível e alta, cabelos castanhos e boca em flecha, cinturas

³² As barracas são descritas, entre outras publicações, em *A Ilustração Universal* (26 de Abril de 1884) e *O Tribuna Popular* (26 de Abril, 14 e 31 de Maio de 1884).

³³ *O António Maria*, 19 de Abril de 1884.

frágeis". Sendo Lisboa uma "terra clássica de mulheres feias, tipo Vénus barbuda, Vénus porco espinho"³⁴, pasmava-se perante tanta formosura.

Festa, júbilo, espectáculo, a quermesse foi ainda a celebração do regime monárquico mediatizada pela figura da rainha D. Maria Pia. A rainha é exaltada, enaltecida num discurso laico que a elevava ao *podium* das heroínas e das grandes governantes.

"Na história das Rainhas portuguesas - escrevia Camilo Castelo Branco num dos muitos epigramas de louvor à Rainha feitos na época - há dois lances gentilíssimos em que entram flores com um santo perfume de caridade. Um lance é o da Rainha Santa Isabel, mostrando a El-Rei o ouro suspeito das esmolas, convertido em flores. O outro lance é o da virtuosa rainha D. Maria Pia, trocando a suas flores por ouro, para o dar às criancinhas"³⁵. Num poema da autoria de Luís de Guimarães a rainha é glorificada:

"Mas tu és grande, oh triunfal Maria,
Porque das alvas mãos, dia por dia,
Deixas cair a esmola e não te cansas

Como as Madonas no sendal da Glória
Irás subindo aos términos da História
N'uma nuvem de flores e crianças"³⁶.

Gervásio Lobato sintetizaria, em breves palavras, o pensamento de muitos: "[...] felizes os povos e os reis onde há festas como esta quermesse, felizes os povos porque têm esses reis, felizes os reis porque têm esses povos"³⁷.

Panegírico da rainha, panegírico da monarquia. Os intuitos beneficentes aliaram-se aos intuitos mercantis numa verdadeira operação de *marketing* do regime monárquico, para divulgarem a imagem de uma rainha caridosa, zelosa dos seus súbditos mais desprotegidos, amiga das crianças. Uma operação de *charme* que fará esquecer, por algum tempo, as grandes questões sociais e políticas

³⁴ *A Ilustração*, 20 de Junho de 1884.

³⁵ *Lisboa - Creche* [...], *ob. cit.*

³⁶ *A Ilustração*, 20 de Junho de 1884.

³⁷ Mário Costa, *ob. cit.*, p. 62.

que dividiam a opinião pública: as greves operárias, o aumento da miséria, as campanhas anti-congreganistas, os protestos contra o aumento da carga tributária, o avanço do republicanismo, a questão colonial. Uma festa tranquilizadora dos poderes instituídos mas que não deixava de acentuar a irreversibilidade de ruptura do regime que os republicanos já começavam a promover.

Alguns autores, porém, não deixariam de ironizar sobre esta "colaboração de classes", como é o caso de um tal "Argus", provavelmente pseudónimo, que, em 27 de Maio de 1884, publicaria em *A Correspondência de Coimbra* "um pequeno poema para rir", e do qual se cita um breve excerto:

"[...] Condes, viscondes, marqueses,
Capitalistas, banqueiros,
Disputavam sobranceiros,
A posse d'uma rosinha
Qualquer que a nossa rainha,
Acaso tinha na mão.
Um convívio, uma franqueza
Entre o povo e a nobreza
Uma tal satisfação!
— Ninguém pediu Marselheza!
Pelo meio do povinho,
Passeava, alegre, o rei;
E povo sério e pacato,
Muito mais contente, eu sei,
Que nos comícios do Rato".

EM CONCLUSÃO:

Durante três dias, a quermesse da "Tapada da Ajuda" foi um verdadeiro acontecimento nacional: "uma festa esplêndida" como então se escreveu na imprensa periódica. A cidade de Lisboa animou-se, aumentaram as ofertas de transportes, as companhias de caminhos-de-ferro disponibilizaram viagens de ida-e-volta a Lisboa a preço reduzido, multiplicaram-se os visitantes e o próprio turismo se activou, fazendo "girar muito dinheiro", como comentaria Gervásio Lobato, cronista da revista *Ocidente*.

A quermesse tinha tudo o que o público gostava: cor, grandiosidade, ornamentos arrebitados, mulheres bonitas. Um sucesso!

Porém, o êxito desta quermesse que antecipa o de muitas outras que, por todo o país, se irão realizar no mesmo período, não nos pode fazer esquecer a transformação profunda que esta forma específica de sociabilidade sofreu ao longo do tempo.

Tendo começado com um forte cunho religioso, as quermesses converteram-se em festas profanas e locais de entretenimento, correspondendo cada vez mais às formas de sociabilidade, informais e lúdicas, que se desenvolvem, no século XIX, em estreita articulação com o fortalecimento da burguesia. Uma evolução que está adequada ao processo de progressiva laicização da sociedade que se precipita neste século.

Assumem, no entanto, características muito específicas: de iniciativa particular, têm sempre objectivos filantrópicos. Seja a favor dos mais idosos, seja das crianças ou dos bebés (os *nenés* como então se dizia), seja ainda em benefício das vítimas de inundações ou de naufrágios, as quermesses destinavam-se sempre a angariar fundos para os elementos das "classes desvalidas", cuja pobreza no final do século XIX chocava os espíritos mais sensíveis. Porém, neste aspecto, as quermesses pouco inovaram, não passando de uma resposta tradicional, clássica, a uma realidade recente, sendo fruto de um espírito solidário muito próprio que se manterá ao longo da I República.

A novidade, em termos assistenciais, não era corporizada pelas festas de caridade, mas, pelo contrário, pelas medidas de seguros sociais obrigatórios relativos à doença, à invalidez, à velhice e à sobrevivência, bem como quanto aos acidentes de trabalho, ou seja, a todo um conjunto de prestações e de direitos que se designam, na actualidade, por segurança social e que se enquadram nas obrigações do chamado Estado Providência³⁸.

A "Quermesse da Tapada da Ajuda de 1884" veio igualmente dar visibilidade à situação das mulheres e das crianças dos meios operários, alertando as consciências. Nesta medida, representou um ponto de viragem na opinião pública relativamente a este aspecto da

³⁸ Sobre a génese do Estado Providência em Portugal vejam-se, em especial, os excelentes estudos de Miriam Halpern Pereira, *As origens do Estado Providência em Portugal: as novas fronteiras entre o público e o privado*, separata de A Primeira República em Portugal: as novas fronteiras entre o Liberalismo e o Autoritarismo, Lisboa, Edições Colibri; "Mutualismo e a origem do seguro social", *Exclusão na história. Actas do Colóquio Internacional sobre exclusão social*, Maria João Vaz, Eunice Relvas e Nuno Pinheiro (org.), Oeiras, Celta Editora, 2000, p. 201-213.

candente questão social. Contribuiu, nessa medida, para a converter em objecto de especial atenção, a qual desembocará, na década de noventa, nas primeiras legislações sobre o trabalho feminino e infantil nos estabelecimentos industriais. Com os regulamentos então promulgados arrancava definitivamente, no nosso país, a etapa do reformismo social, passando o Estado a intervir nas relações entre o capital e o trabalho, o que constituiu a ante-câmara do Estado Providência no nosso país.



Capa e contra-capas de *Lisboa – Creche*, *Jornal Miniatura* oferecido em benefício das creches, Lisboa, David Corazzi, 1884 (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

